

industrialização em torno da produção de mercadorias demandadas na África, seja através da produção de têxteis de linho e lã em unidades “proto-industriais”, seja pela manufatura de algodão que começava a se consolidar em torno da conexão Manchester-Liverpool³⁴.

³⁴ LOPES, *Negócio da Costa da Mina, op. cit., passim*. Ver também INIKORI, Joseph. *African and the Industrial Revolution in England: A study in international trade and economic development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

**Riqueza e escravidão na evolução econômica da freguesia de São José do Rio das Mortes
(MG) entre fins do século XVIII e meados do XIX.**

Carlos de Oliveira Malaquias

Doutorando em História na Universidade Federal de Minas Gerais
Bolsista da Fapemig.
carlos.malaquias@hotmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar a evolução e composição da riqueza pessoal inventariada na antiga freguesia mineradora de São José do Rio das Mortes. Associando as informações de um conjunto de inventários post-mortem e de listas nominativas montamos avaliamos um crescimento contido da riqueza média e um processo simultâneo de concentração do patrimônio inventariado, além da ampliação da importância da propriedade de escravos. Em linhas gerais, os resultados apontam que a posse de escravos reduzia a desigualdade de riqueza entre os proprietários, mas o aumento da concentração das demais formas de patrimônio mostram que as novas relações de mercado experimentadas pela Comarca do Rio das Mortes nas décadas iniciais do século XIX premiou mais aos proprietários que contavam com condições de beneficiamento e comercialização da produção nos mercados interregionais.

Palavras-chave: riqueza, escravidão, Minas Gerais, inventários *post-mortem*, História Econômica.

Introdução: a freguesia de São José na passagem do século XVIII para o XIX.

A antiga freguesia de São José do Rio das Mortes foi constituída ainda no começo do século XVIII e, como outras localidades primitivas da capitania de Minas, foi a busca de ouro que levou povoadores ao lugar. Mas, simultaneamente ao afã minerador, constituiu-se em São José uma ampla retaguarda agropecuária responsável pela produção dos mantimentos que sustentaram a população da vila e produziram excedente comercializado em outras regiões mineiras (SILVA, 2008:235). Tais atividades ocuparam, a princípio, o entorno da vila e rapidamente expandiram-se para o oeste, seguindo os rumos iniciais da antiga Picada de Goiás – em torno da qual a distribuição de sesmarias para a agropecuária e a ereção de uma capela foram as condições que ensejaram o nascimento das povoações ocidentais da freguesia de São José (BARBOSA, 1995: 227).¹

Com a decadência da mineração de superfície por volta da década de 1780, a economia regional adaptou-se aparentemente bem a agropecuária. Uma das condições para isso foi a preexistência dessas atividades. Outra condição foram as ligações comerciais entre a região e a praça da cidade do Rio de Janeiro, que permitiram aos produtores sanjoseenses participar do importante mercado de abastecimento de víveres da capital da colônia e, posteriormente, do Império (GRAÇA FILHO: 2003). Entretanto, a acomodação da economia sobre outra base veio acompanhada de algumas mudanças na freguesia de São José. Destacamos três aspectos da dinâmica desta freguesia que serão mais importantes para o estudo que aqui se empreende.

Em primeiro lugar, a freguesia cresceu pouco na passagem do século XVIII ao XIX. Nas páginas do Rol dos Confessados, um censo eclesiástico de 1795, foram registradas 10.919 pessoas, com a omissão dos menores de 7 anos, que não confessavam, e 1.723 domicílios.² Nesse ano a população escrava atingia 5.320 (ou 48,7% do total). Nas listas nominativas de 1831, que integram uma tentativa mais ampla de censo provincial,³ constam 15.819 moradores que viviam em 2.176 domicílios, sendo 6.560 (ou 41,5%) escravos. Caso sejam descontados da população das listas nominativas os menores de 7 anos (ajustando-se sua população ao corte etário do Rol dos Confessados) obtêm-se 13.377 pessoas, o que representa um crescimento anual de 0,57% a.a entre 1795 e 1831. Esse índice fica bem abaixo da taxa de crescimento da população da capitania entre 1808 e 1821, estimado em 2,3% a.a. por Laird Bergad (2004:156), e

¹ Na intricada administração colonial, cada um dos territórios sob a jurisdição religiosa de uma paróquia matriz eram chamados de *freguesia*, enquanto a administração civil era encabeçada pelo Senado da Câmara, sediado na vila sob cuja jurisdição ficava o *termo* da vila, mais ou menos semelhante ao que atualmente designamos por municípios.

² “Rol dos Confessados desta Freguezia de S. Antonio da Villa de S. Jozé, Comarca do Rio das Mortes, deste prezente ano de 1795”. Banco de dados organizado pelos prof. Douglas C. Libby e Clotilde A. Paiva. Original: IHGT, Tiradente, MG.

³ Listas nominativas da década de 1830. CEDEPLAR/UFMG. Banco de dados coord. pela profa. Clotilde A. Paiva. Originais: APM, Belo Horizonte, MG.

muito aquém do desempenho da Comarca do Rio das Mortes, que praticamente triplicou sua população entre 1776 e 1821 (MAXWELL, 1985:110). Portanto, um primeiro aspecto da dinâmica da freguesia de São José é seu baixo crescimento demográfico comparado ao das áreas de fronteira da Comarca do Rio das Mortes – o que, aliás, foi comuns às áreas de ocupação antiga entre as décadas finais da capitania e os primeiros anos da província (CUNHA, 2007:104).

Um segundo aspecto importante é que houve uma transformação no espaço da freguesia: basicamente o predomínio das atividades agropastoris causou o progressivo esvaziamento populacional do núcleo da vila; enquanto todas as aplicações rurais da freguesia cresceram, algumas dobraram sua população. Em 1795 o distrito onde situava-se a matriz da freguesia, correspondente à área mais urbana da vila, concentrava 42% dos domicílios e 36,6% da população (sendo um terço dos livres e dois quintos dos escravos); em 1831 na vila estavam 22,8% dos domicílios e apenas 19% da população (um quinto do total de livres e 17% dos cativos). O declínio do núcleo urbano de São José na virada do século XVIII para o XIX deveu-se, em parte, ao êxodo de habitantes que cada vez mais estabeleciam residência permanente nas suas propriedades rurais (CAMPOS, 1998) e, em parte, ao rápido crescimento da vizinha São João del Rei, que, na virada do século XVIII, assumira uma posição hegemônica como centro comercial e creditício da comarca do Rio das Mortes (GRAÇA FILHO, 2002), assim esvaziando São José de algumas de suas funções urbanas. É muito provável que outras regiões de Minas tenham experimentado semelhante tendência de “ruralização” com a diminuição da mineração e a ascensão da produção agropecuária.

Em terceiro lugar, a freguesia praticamente não participou do tráfico de escravos nas décadas de 1790 e 1800, apenas retornando a absorver escravos novos nas décadas de 1810 e 1820, no que seguia de perto o padrão verificado em outras regiões da capitania. Essa cronologia do tráfico para Minas foi proposta por Libby (2008), que usou as flutuações dos registros paroquiais de batismos de africanos adultos em cinco paróquias mineiras (Ouro Preto, Catas Altas, Santa Luzia, São José e São João del Rei) como um indicador da entrada de novas “peças”. A queda na incorporação de mão de obra escrava no final do século XVIII sugere que capitania passava por uma conjuntura de arrefecimento econômico. Porém, a situação se reverteu depois da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e a nova articulação mercantil do centro-sul em torno da nova corte. Nas décadas de 1810 e 1820 a província de Minas foi uma das grandes áreas abastecedoras do Rio de Janeiro e um dos principais destinos dos escravos desembarcados no porto carioca (FRAGOSO, 1998:172-78; FRAGOSO & FERREIRA, 2001:247).

Os escravos estavam em praticamente um de cada dois domicílios no ano de 1795, uma distribuição muito alta em relação a qualquer região escravista.⁴ Essa taxa funciona como um índice indireto da distribuição de riqueza na localidade e aponta a existência de fortuna em, pelo menos, metade dos fogos da freguesia no final do século XVIII. Em 1831, a dispersão da propriedade escrava ainda é grande e encontramos a presença de escravos em um de cada 2,5 domicílios. Em ambos os momentos predominavam as pequenas posses, sendo os domicílios com até cinco escravos 71,2% dos fogos escravistas em 1795 e 61,5% em 1831. O acesso a alguns escravos foi algo factível à uma parte muito significativa dos domicílios sanjoseenses entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX. A reprodução interna e o tráfico sem dúvida colaboraram para isso ao reiterar no tempo a força de trabalho escrava.

⁴ Ver a comparação entre a posse de escravos na freguesia de S. José e outras regiões escravistas em Libby & Paiva (2000: 29).

Tabela 1. Distribuição da propriedade escrava em S. José.

Faixas de posse	1795				1831			
	fogos		escravos		fogos		escravos	
	N	%	N	%	N	%	N	%
s/ escravo	855	49,6	-	-	1293	59,4	-	-
1 a 3	483	28,0	837	15,7	399	18,3	699	10,6
4 a 10	253	14,7	1467	27,6	318	14,6	1960	29,8
11 a 30	109	6,3	1825	34,3	134	6,2	2239	34,1
31+	23	1,3	1191	22,4	32	1,5	1669	25,4
Total	1723	100	5320	100	2176	100	6567	100

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831

Não obstante o crescimento da população escrava e o a participação dos senhores da freguesia no tráfico após 1810, pode-se perceber uma pequena concentração da posse de escravos. A tabela anterior mostra que praticamente não houve crescimento no número de domicílios com escravos entre 1795 e 1831 – os fogos escravistas eram 868 no primeiro momento e 883 no segundo. Aparentemente a freguesia cresceu mais do que a população escrava e, *proporcionalmente*, os fogos com escravos diminuíram, assim como se reduziram os donos de 1 a 3 cativos e a quantidade de escravos em suas posses. A maior parcela dos escravos (mais de um terço) permaneceu em posses médias de 11 a 30 escravos, onde, supostamente, os senhores tinham condições de acessar o tráfico e suas escravas geravam filhos. Mas as posses maiores aumentaram em número e na quantidade de escravos que controlavam.

Importa destacar que os diferentes momentos econômicos, bem como as conjunturas no tráfico correspondentes a eles, configuraram ambientes com oportunidades e alternativas distintas para a administração do trabalho nos domicílios dos produtores. Juntamente com a indicação de crescimento populacional da freguesia entre fins do século XVIII e a década de 1830 e o processo de esvaziamento da vila nesse período, as fases do tráfico de escravos devem ser vistos como processos estruturantes de cada um dos momentos em que este texto aborda e caracteriza a evolução e composição da riqueza na freguesia de São José.

1. Consistência da amostra de inventários.

Na ausência de censos econômicos, a melhor e mais abundante fonte disponível são os inventários *post-mortem*. Para esta análise, lançamos mão de uma amostra dos inventários abertos na vila de São José do Rio das Mortes⁵ construída sob os seguintes critérios: em primeiro lugar, nossa amostra envolve a totalidade dos processos disponíveis para os anos de 1795-1809 e 1830-1844. Em segundo, a amostra usa apenas documentos referentes aos distritos que integravam a antiga freguesia de Sto. Antônio da vila de São José e não considera os que

⁵ Depositados no Arquivo do Escritório Técnico (AET) II do IPHAN, São João del Rei.

abranchem os demais distritos do termo. Nesse caso, a ideia é definir uma área rigorosamente delimitada e estável no período em tela. Todos os distritos que integravam a freguesia da vila de São José do Rio das Mortes permaneceram submetidos ao juízo da vila entre as décadas de 1790 e 1830.⁶ Portanto, o recorte geográfico que os inventários cobrem é bastante homogêneo. Por fim, os recortes temporais empregados na repartição da amostra começam nos anos para os quais possuímos dados censitários da freguesia – o Rol dos Confessados em 1795 e as listas nominativas de 1830 – tornando possível identificar as pessoas inventariadas nessas listagens de população recuperando informações como idade, cor, ocupação etc.

Nossa amostra totaliza 229 processos de inventários, sendo 87 documentos para o período 1795-1809 e 142 para 1830-44. Potencialmente os processos do primeiro período cobrem quase 15% da população que faleceu com riqueza inventariável. Pelo Rol dos Confessados de 1795 sabemos que a freguesia apresentava um número mínimo de 1.291 pessoas sujeitas a ter inventários, composto por casais e chefes de fogo em domicílios onde há presença de riqueza sob a forma de posse de escravos, o que constituiu uma parcela mínima da população cuja morte ensejaria a abertura de um inventário. Aplicando a esse grupo a taxa bruta de mortalidade da população livre de 0,0292,⁷ temos que 38 óbitos seriam esperados entre o momento da feitura do Rol e o ano seguinte. Como a média de processos de inventários encontrados no primeiro período (1795-1809) é de 5,8 documentos/ano, eles cobrem em torno de 15,3% dos óbitos aguardados entre a potencial população proprietária. Os processos do segundo período apresentam cobertura estimada superior, por volta de um quinto dos proprietários. Em 1831 eram 1.414 indivíduos em condições de deixar inventário (chefes de fogo com escravos e, quando casados, suas esposas). Aplicando a mesma taxa de mortalidade, estima-se em 41 os óbitos aguardados entre o momento do censo de 1831 e o ano seguinte. Como a média dos inventários de 1830-44 foi de 9,5 processos, a cobertura estimada ficou em 23,2%.

A questão da consistência da amostra de processos de inventariação de bens ao longo do tempo é um dos problemas básicos do trabalho com essa fonte. Mudanças demográficas ou alterações na legislação podem influir na distribuição dos documentos e enviesar seus resultados. Assim, é importante verificar se o gênero, a idade e estado conjugal dos inventariados permanecem constantes. Segundo Frank (2004), desde que esses aspectos não sofram alterações bruscas ao longo do tempo, é possível a comparação da riqueza em momentos distintos.

Não se dispõe de informações sobre idade diretamente dos inventários, pois infelizmente, essa documentação não fornece a idade do proprietário, limitando-se a indicar a data da morte.

⁶ Mudanças ocorreram apenas no começo da década de 1840 com a emancipação dos distritos de Oliveira e Passatempo.

⁷ Mario M. S. Rodarte. Cálculo da mortalidade na província de Minas Gerais na década de 1830. *Mimeo*.

As informações de idade disponíveis são de alguns inventariados que puderam ser identificados nas listas nominativas de 1795 e 1831. Esses casos somam 60 proprietários identificados no período 1795-1810 e 42 identificações positivas em 1830-45. Baseados nesses dados elaboramos a tabela abaixo:

Tabela 2 – Gênero, idade e estado conjugal dos inventariados.

	% inventariados masculinos	% de inventariados casados	Idade média dos inventariados
1795-1809	57,7%	73,3%	64,4
1830-1844	55,0%	80,9%	59,6

Fonte: inventários *post-mortem* AET/IPHAN – São João del Rei. Rol dos Confessados de 1795 e Listas Nominativas de 1830.

Quanto ao gênero, a tabela mostra que não há grande variação entre os processos de cada período. Também há consistência da proporção de inventariados casados, o que é importante verificar, pois, como a legislação sobre herança estipulava a divisão dos bens entre todos os herdeiros, os inventários de indivíduos casados representavam toda a riqueza familiar, enquanto os inventários de viúvos com filhos representavam apenas a metade do patrimônio da família.⁸ A proporção de proprietários casados é muito semelhante nos períodos em vista e razoavelmente condizente com as informações censitárias disponíveis. No Rol dos Confessados de 1795, considerarmos todas as pessoas com propriedade (posse de escravos como um medida) e passíveis de inventariação (o que inclui chefes do domicílio com propriedade escrava e suas esposas), a proporção de casados é de 71,2%. Já no ano de 1831, tomadas apenas as pessoas (chefes e suas esposas) com propriedade escrava, a proporção de casados é 76,6%. Em ambos os momentos nossa amostra de inventários apresenta proporções de casados ligeiramente superior às informações dos censos e reflete o crescimento o crescimento dessa proporção exibido pelos dados censitários.

A idade média dos inventariados é razoavelmente constante nos períodos considerados, o que sinaliza que as taxas de mortalidade não sofreram variação abrupta no período. Mas há outra questão sobre a idade dos inventariados, que é o fato de que, sendo o inventário um documento produzido ao falecimento do proprietário, ele cobre proprietários mais velhos e mais ricos do que a população viva. As idades médias dos inventariados na nossa amostra são bastante altas – apesar de o desvio padrão ser da ordem de 15 anos –, e mais elevadas do que a apresentada pela população proprietária viva. No Rol dos Confessados de 1795, nos fogos onde havia escravos, os chefes de domicílio e suas esposas tinham, em média, 44,14 anos (desvio padrão de 15 anos). Já

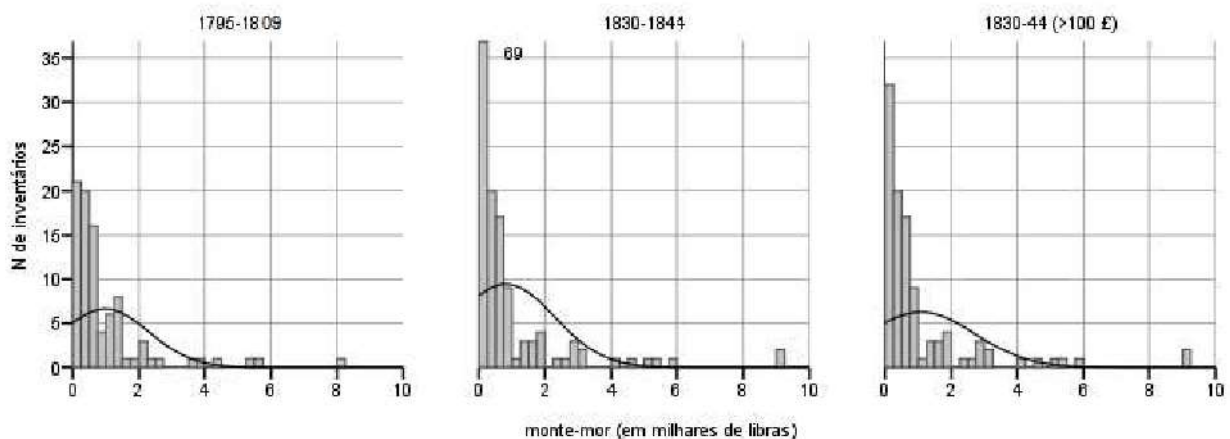
⁸ Segundo Frank (2004:152-156), a divisão igualitária dos bens entre os herdeiros não produzia igualdade, pois colaborava para que pequenas e médias riquezas fossem espalhadas entre muitos herdeiros, dispersando todo o esforço de uma vida de acumulação. Para os herdeiros de proprietários pobres e remediados a herança era apenas um ponto de partida e muito trabalho era requerido para alcançar novamente o mesmo *status*. Já as grandes fortunas, mesmo divididas, proviam vidas ainda bastante respeitáveis aos herdeiros.

em 1831 casais e chefes de fogos com escravos tinham, em média, 43,13 anos (desvio padrão de 17,7 anos). As diferenças entre a idade média dos inventariados e dos proprietários recenseados é de 20,3 anos no primeiro período e de 16,5 anos no segundo, razoavelmente constantes ao longo do tempo de forma que não inviabilizam as comparações.

Até o esse ponto nossa amostra de inventários demonstrou-se consistente quanto às características de gênero, estado conjugal e idade dos inventariados. Resta saber como a amostra representa os patrimônios de menor valor. Aí reside o grande viés dos nossos inventários: as pequenas fortunas aparecem de forma descontinuada entre um período e outro. Por exemplo, os processos com valor total inferior a cem libras são pouco registrados no primeiro grupo de inventários, enquanto compõem mais de um quarto dos processos do segundo. Essa discrepância na representação de pequenas fortunas, se não for corrigida, nos impossibilita de comparar a amostra ao longo do tempo.

A figura abaixo mostra a curva de distribuição dos inventários em 1795-1809 e no período 1830-1844. Como se observa, essa distribuição era enviesada para os inventários de menor valor no último período. Uma possível solução para igualar a distribuição dos inventários é eliminar os com menos de 100 libras datados de 1830-44. Conquanto a padronização não seja perfeita, as curvas de distribuição ficam muito equivalentes. Para as análises de evolução e composição do patrimônio desenvolvidas a seguir adotaremos a amostra ajustada dessa maneira.

Figura 1. Curvas de distribuição dos inventários em cada período.



Fonte: inventários post-morte AET/IPHAN São João del Rei

2. A evolução da riqueza agregada.

Entre as décadas de 1790 e 1830 a freguesia de São José ampliou sua população livre e aumentou a quantidade de escravos, o que constitui um bom indício de expansão econômica. Além disso, a freguesia participou do processo de ligação comercial de todo o sul mineiro a participar ativamente do comércio com a praça do Rio de Janeiro e de ampliação das exportações

a partir da chegada da família real em 1808.⁹ Assim, aguardávamos que os inventários traduzissem uma tendência de crescimento econômico. A tabela a seguir aponta nessa direção, mas impõe ressalvas importantes:

Tabela 3. Patrimônio inventariado na Freguesia de São José.

	1795-1809 (N = 87)	1830-44 (> 100 £) (N = 105)	Variação % a.a. c.1802-c.1837
1. Monte-mor médio (valores nominais)	4.004.297	10.070.695	2,67
2. Monte-mor médio (libras)	1.142	1.248	0,25
3. Monte-mor mediano (libras)	636	493	-0,73
4. patrimônio líquido [*] (libras)	1.082	1.213	0,33
5. patrimônio físico [†] (libras)	988	1.074	0,24

Fonte: inventários post-mortem AET/IPHAN – São João del rei.

Nota: Para a conversão em libras, utilizamos a série cambial disponível em Kátia Mattoso (1982: 254) que inicia-se em 1808; para os documentos de anos anteriores utilizamos a taxa média de 3\$555 rs. por libra proposta por Buesco (1973: 129).

A primeira medida foi baseada nos valores nominais dos documentos. Por ela visualiza-se um crescimento elevado dos valores médios inventariados, da ordem de 2,7% a.a. Porém, a comparação dos valores nominais não considera a inflação no começo do século XIX.¹⁰ Uma das soluções mais comumente adotadas na literatura para mitigar esse problema é a dos valores dos inventários seguindo a cotação média anual da libra esterlina no ano de sua abertura. Embora o valor da libra não seja um índice fiel da variação dos preços em toda economia imperial, ele oferece um nível mínimo de estabilidade para permitir comparações ao longo do tempo.

Com os valores convertidos em libras podemos perceber que o incremento anual na riqueza média inventariada é mínimo – muito embora o fato de que foi constatado algum crescimento deve ser destacado, pois se conjuga à visão geral de expansão econômica da freguesia na passagem do século XVIII e primeiras décadas do XIX. A taxa auferida, 0,25%, no entanto, mostra que esse crescimento era contido, próximo da estagnação. Outro importante aspecto é que a boa fase não atinge a todos os proprietários da mesma forma. O valor mediano, que despreza registros muito grandes ou muito pequenos (*outliers*), decresce entre os momentos analisados. Longe de indicar involução econômica, essa redução aponta que a riqueza tende a ficar mais concentrada ao longo do tempo, como teremos a oportunidade de demonstrar adiante.

⁹ Silva, (2008: 235-236) menciona que no começo do século XIX funcionavam seleiros para estoque e revenda de gêneros na vila de São José e que essa região era uma grande abastecedora das vilas no centro da capitania. Para um estudo de caso de uma família de comerciantes da freguesia de São José profundamente ligados ao trato com a corte no século XIX ver a dissertação de Paula C. Teixeira (2009). As ligações comerciais entre a Comarca do Rio das Mortes e o abastecimento da corte são analisadas na obra de Alcir Lenharo (1979) e Afonso Graça Filho (2002).

¹⁰ Usando séries de preços da corte, Buesco (1973: 135) estima taxas de inflação da ordem de 0,7% a.a. no período 1792-1807, 2,5% a.a. em 1807-1819, (p.126) e 2,1% a.a. acumulada no período 1826-1847.

A quinta medida considerada, o patrimônio físico, é considerado por alguns autores mais adequado para a análise da evolução da riqueza, uma vez que não se pode ter certeza quanto à solvência de débitos e crédito. É possível que algumas dívidas fossem irresgatáveis (especialmente no caso de inventários negativos) e outras apenas parcialmente pagas. Sem considerar as dívidas ativas (créditos) e passivas (débitos), o patrimônio médio inventariado na freguesia de São José tem uma evolução bem inferior do que a riqueza líquida (medida 4 apresentada na Tabela 2). A taxa de crescimento de 0,33% a.a. apresentada por esta última sinaliza que os créditos superavam os débitos na freguesia ao longo do tempo.

Em um erudito artigo de 2006 publicado na Revista da ABPHE, Zephyr Frank demonstrou taxas de crescimento da riqueza média para os termos das vilas de São João del Rei e José do Rio das Mortes superiores a 1% a.a. entre as décadas de 1820 e 1850 (FRANK, 2006: 46). Aqui estamos considerando apenas uma parcela desta região, composta por distritos onde predominavam a agropecuária e que gravitavam a área urbana de São João. É possível que o desenvolvimento comercial e financeiro desta vila tenham elevado o crescimento da riqueza a taxas maiores, como verificado por Frank. Em São José, embora o fornecimento de crédito tenha aumentado de importância, o núcleo urbano decresceu entre os anos de 1795 e 1831, o comércio e os imóveis urbanos perderam valor e não foram registrados ativos em alugueis de escravos ou de casas no segundo período da amostra de inventários (1830-44).

3. Composição do patrimônio inventariado

As tabelas a seguir apontam como a riqueza inventariada se compunha. Para mostrar como as diferenciações de riqueza afetavam a composição dos patrimônios inventariados, elaboramos uma análise condensando os decis em três faixas: a primeira com os dois decis mais pobres, a segunda com os seis intermediários e uma terceira com os dois decis superiores.

Tabela 4. Composição da riqueza inventariada na freguesia de São José.

1795-1809								
(N = 87)	Escravos	Imóveis	Produção	Bens móveis ¹	Dinheiro	Outros ²	Créditos	Débitos ³
20% inferiores	43,7%	41,2%	2,3%	6,3%	0,8%	1,6%	4,0%	- 5,0%
60% intermediários	39,0%	38,4%	9,2%	4,1%	0,1%	6,7%	2,6%	- 6,5%
20% superiores	27,8%	26,8%	7,6%	5,0%	1,4%	9,4%	22,0%	- 4,4%
Geral	32,9%	32,0%	8,1%	4,6%	0,9%	8,0%	13,5%	- 5,3%
1830-44 (> 100 libras)								
(N = 105)	Escravos	Imóveis	Produção	Bens móveis ¹	Dinheiro	Outros ²	Créditos	Débitos ³
20% inferiores	66,4%	16,5%	4,1%	4,6%	0,3%	0,7%	7,3%	- 5,0%
60% intermediários	47,0%	24,2%	11,1%	3,5%	1,6%	6,0%	6,6%	- 5,3%
20% superiores	31,9%	23,9%	9,0%	10,1%	2,2%	5,7%	17,2%	- 1,7%
Geral	37,0%	23,8%	9,5%	8,0%	2,0%	5,7%	13,9%	- 2,8%

Fonte: inventários post-mortem AET/IPHAN – São João del rei.

¹ inclui os pertences pessoais, mobiliário, ferramentas e equipamentos de produção (teares e rodas de fiar);

² inclui dotes, ações e apólices, alugueis e estoques comerciais;

³ porcentagem sobre o monte-mor.

No conjunto do patrimônio inventariado nos dois períodos da amostra, escravos e imóveis constituíam a maior parcela da riqueza inventariada nos dois momentos, o que não causa surpresa, pois eram os principais fatores de produção na economia rural de São José.¹¹ Os bens imóveis reduziram sua proporção, o que não era esperado dado movimento de avanço da produção mercantil de abastecimento e completa ocupação da fronteira. Deve-se sublinhar também que os imóveis rurais inventariados eram valorados juntos com todas as suas benfeitorias, o que incluía moinhos, engenhos, cercas, currais, senzalas e muitas vezes as casas de vivenda. Dessa forma, não era apenas a terra possuída que entrava na avaliação, mas todo o complexo formado pelas terras e os equipamentos necessários para nelas cultivar e beneficiar a produção que encareciam as propriedades. O que era valorizado era o capital e o trabalho investidos na unidade produtiva. Nessa direção, Carla Almeida (1994: 193) apontou que as unidades produtivas capazes de diversificar sua produção eram capazes de concentrar a maior parte da riqueza no termo de Mariana: embora em menor número, controlavam mais de 71% da riqueza arrolada pelos inventários.

Propriedades diversificadas tiveram melhor sorte com o crescimento do mercado de abastecimento, pois conseguiam comercializar uma vastidão de produtos simples, mas muito demandados. O açúcar e outros derivados da cana, por exemplo, exigiam engenhos que eram os equipamentos mais caros que as antigas fazendas poderiam ter, pois pleiteavam o concurso de profissionais marceneiros e ferreiros muito bem treinados, além de operadores capazes. Pode-se também citar os vários tipos de farinha, cujo preparo exigia fornos e pilões ou moinhos, além dos queijos produzidos nas instalações próprias (“casas de queijo”) e outros. O investimento em equipamentos e benfeitorias era justificado quando o mercado retornava com a realização da produção. Nesse caso, o mercado premiava aqueles com um “ponto de partida” mais avançado, isto é, com recursos necessários para investimentos.¹²

Mas a diversificação exigia investimento em equipamentos (como teares, fornos, moinhos) que nem todos estavam em condições de efetuar. Daí que a diversificação não tenha sido exatamente uma opção disponível a todos os produtores. A presença de benfeitorias e equipamentos aumentava a avaliação das propriedades rurais, mas demandavam recursos que os produtores mais pobres nem sempre podiam realizar e provavelmente criavam dilemas de

¹¹ E em outras regiões mineiras como mostram Graça Filho (2002: 175), Carla Almeida (2010: 129) e Leandro A. Andrade (2009: 133-134).

¹² David F. Weiman (1987) destaca dois aspectos interessantes sobre a ação das forças de mercado sobre a economia regional no sul dos Estados Unidos. Um primeiro é que a integração dos domicílios de pequenos produtores (*farmers*) ao mercado dependia do seu potencial de riqueza; como notou o autor, a produção para o mercado crescia de acordo com o tamanho da propriedade. O outro é que as terras preparadas alcançavam valores mais altos de venda em áreas mais ligadas ao mercado.

investimentos entre adquirir mão de obra escrava ou montar as estruturas de beneficiamento da produção. A tabela acima mostra que, pelo menos para os proprietários mais pobres, a opção recaiu sobre a compra de escravos no período de encerramento do tráfico. Quando os escravos tornam-se mais caros, eles ocupam quase dois terço dos valores dos inventários dos pequenos proprietários.

Assim, a participação da propriedade escrava no patrimônio inventariado avançou nas últimas década do tráfico. Deve-se ressaltar que o trabalhador escravo ficou ligeiramente mais caro nos anos 1830. Segundo Bergard (2004: 248), esse o aumento do valor dos escravos foi resultado da lei de 1831 e do receio do encerramento do tráfico a ela associado e de ganhos reais com o uso da força de trabalho escrava.¹³ As oportunidades de comercialização da produção agropecuária explicam as inversões dos grandes proprietários em escravos. Nesse caso, o mercado interregional apresentava um estímulo ao aumento da produção que o braço cativo ensinaria. Mas ao mesmo tempo, o desenvolvimento da agropecuária como setor dinâmico da freguesia abria espaço para uma gama de outras atividades subsidiárias capazes de fornecer insumos e equipamentos, além do beneficiamento da produção rural de algodão nas rodas de fiar e teares, do trabalho em couro e do artesanato em fibras. As informações de ocupação das listas nominativas de 1831 mostram que um terço dos domicílios da freguesia de São José era chefiado por pessoas dedicadas a atividades artesanais, os quais tinham quase um quinto (17,62%) dos escravos adultos (15-44 anos) da freguesia e um terço das pessoas livres em idade produtiva. Tendo em vista a grande quantidade de pequenas posses e a capacidade de aquisição de escravos pelos pequenos produtores percebe-se que as atividades artesanais e de transformação geradas no espoco do agropastoreio também geravam renda. A posse de escravos, no entanto, parece ser a variável mais importante para a participação nesse novo mercado. Um par de braços escravos significava um desejável incremento na força de trabalho doméstica, que de outra forma dificilmente poderia ser conseguida. A contração da posse de cativos, embora tímida e apenas relativa à distribuição visualizada em 1795, parece ser a grande questão por sob a concentração de riqueza na primeira metade do século XIX, o que será mais bem explorado adiante.

Um importante aspecto da composição da riqueza inventariada que aponta na direção de maior mercantilização da economia rural em São José é o crescimento proporcional da produção inventariada. Incluímos nessa categoria tanto a produção agrícola, quanto a produção pastoril. Chamamos atenção para o fato de que, no caso de produtos agrícolas, normalmente só era inventariada a produção que existia nas propriedades quando da realização do inventário

¹³ O autor afirma: “Em uma década o valor médio dos escravos na melhor idade produtiva quase dobrou, passado de 164\$000 em 1820 para 326\$000 em 1830...”. Entre as páginas 252-255, Bergard afirma que a alta rentabilidade do escravo seria mais importante do que o risco de fechamento do tráfico para explicar o aumento dos preços.

(OSÓRIO, 2007: 106). Com as criações dava-se o mesmo, embora esse tipo de produção fosse menos susceptível à sazonalidade. Frank (2006: 31 e 47) notou que entre 1820 e 1850 a riqueza invertida em rebanhos diminuiu nos termos de São João e São José. Apoiado no importante estudo de Graça Filho (2002), Frank argumenta que os novos investimentos foram sendo canalizados para a constituição de redes de crédito e comércio, enquanto a economia pastoril foi sendo deixada de lado. No cenário que visualizamos para os distritos rurais da freguesia de São José, a riqueza em produção e rebanhos aumentou nos inventários de pequeno, médio e grande porte.

Embora a participação de créditos e dinheiro tenham aumentado ligeiramente, sua importância foi maior para o quintil superior dos inventariados. Esse grupo ainda teve a maior capacidade de reduzir o percentual de comprometimento do patrimônio com dívidas passivas, mostrando que aumentaram sua faculdade de autofinanciamento. A baixa presença de moeda parece ser compensada pela presença de instrumentos informais de crédito, fundamentais para o financiamento da produção no interior. Embora os credores de São José tivessem um perfil mais modesto do que os grandes “capitalistas” da vila de São João (Frank, 2006: 27), o fato de que os créditos superavam os débitos como percentagem da riqueza sinaliza que os proprietários locais conseguiam certa autonomia em relação aos comerciantes daquela vila.

Finalmente a riqueza em bens móveis só se ampliou nos inventários do quintil superior, onde o gasto com pertences pessoais decolou na primeira metade do século XIX, com a aquisição de móveis e artigos importados. Para os inventários de patrimônio intermediário ou pequeno, o aumento do valor dos escravos – principal meio de produção – não permitiu a expansão dos bens móveis. Em linhas gerais, os investimentos entre os períodos da amostra de inventários parecem ter-se concentrado nos fatores de produção (sobretudo nos cativos) como forma de melhor aproveitar a dinamização do mercado interregional na época Joanina e no pós-independência. A alocação de recursos em força de trabalho e imóveis foi a resposta mais adequada dos produtores na freguesia de São José de responder às oportunidades de mercado, muito embora as vantagens distribuídas pela participação nessa economia não fossem sentidas equitativamente pelos produtores.

4. A concentração da riqueza inventariada

O desenvolvimento da agropecuária mercantil, a retomada do tráfico de escravos e o crescimento dos distritos rurais na freguesia de São José do Rio das Mortes foram processos que se fizeram acompanhar de um drástico aumento na concentração da riqueza inventariada. Enquanto nos quinze anos entre 1795-1809 o decil superior dos inventariados acumulava em

torno de 40% da riqueza, nos anos 1830-44 mais da metade da riqueza estava nas mãos dos dez por cento mais ricos. Esse avanço aponta que o movimento de concentração de riqueza visualizado por Frank (2006:34) na primeira metade do século XIX tem raízes na passagem do século XVIII. Frank mostrou que entre 1820 e 1855 o coeficiente de Gini para os inventários dos termos das vilas de São João e São José cresceu 11,5%. Nos espaço mais delimitado dos distritos da freguesia de São José, o coeficiente de Gini da riqueza inventariada teve aumento superior a 20%, descrevam índices de concentração menores do que os discernidos por Frank (2006: 48).

Tabela 5. Medidas de concentração de patrimônio inventariado na freguesia de São José.

	1795-1809 (N = 87)	1830-44 (> 100 libras) (N = 105)
% da riqueza total inventariada no decil mais rico	39,60%	50,90%
Coefficiente de Gini	0,509	0,619
Coefficiente de Gini sem valores dos escravos	0,568	0,700

Fonte: inventários post-mortem AET/IPHAN – São João del rei.

Entre os proprietários inventariados o escravo era o componente patrimonial mais significativa e cuja distribuição mais nivelada ajudava a reduzir a concentração de riqueza. Sem considerarmos a posse de escravos, a concentração da riqueza inventariada nos períodos da nossa amostra sobem. É muito provável que a redução do número de proprietários de escravos, bem como a diminuição das posses com poucos cativos entre 1795 e 1831 estejam por traz do aumento da concentração de riqueza no período. Seu contexto foi o da retomada do tráfico de escravos para São José como parte de um processo mais amplo de integração do mercado interno em torno da chegada da família real ao Brasil e ampliação dos mercados para os produtos mineiros no Rio de Janeiro. Na freguesia de São José, o centro mais urbanizado da matriz definiu ao mesmo tempo em que os distritos especializados na produção agropastoril aumentavam sua população. As novas oportunidades econômicas que se desenvolveram premiaram aqueles capazes de participar do mercado de abastecimento, os quais já contavam com um razoável ponto de partida em terras e escravos.

A tabela a seguir mostra a distribuição de todos os componentes patrimoniais por decis e ajuda a entender os aspectos do aumento da concentração de riqueza entre a passagem do século XVIII e a primeira metade do XIX.

Tabela 6. Distribuição das formas dos componentes da riqueza inventariada por decis.

1795-1809 (N = 87)	Escravos	Imóveis	Produção	Bens móveis	Dinheiro	Outros	Créditos
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
1	1,5%	1,4%	0,1%	0,9%	2,9%	0,0%	0,9%
2	2,9%	2,8%	0,8%	3,6%	0,0%	0,7%	0,1%
3	4,0%	3,6%	2,4%	2,5%	2,1%	1,2%	2,0%
4	6,3%	4,7%	3,1%	5,7%	0,0%	1,3%	0,0%
5	7,0%	3,2%	2,1%	5,1%	1,9%	2,7%	3,8%
6	8,2%	8,6%	9,6%	9,9%	0,0%	4,0%	0,5%
7	11,1%	12,2%	14,5%	4,5%	1,3%	10,3%	0,9%
8	11,6%	16,6%	14,6%	7,9%	0,0%	14,3%	0,5%
9	15,5%	20,2%	23,5%	22,1%	1,1%	14,9%	5,8%
10	32,0%	26,7%	29,3%	37,8%	90,8%	50,6%	85,4%
<i>Gini</i>	<i>0,416</i>	<i>0,442</i>	<i>0,525</i>	<i>0,490</i>	<i>0,790</i>	<i>0,649</i>	<i>0,793</i>
1830-44 (> 100 £) (N = 105)	Escravos	Imóveis	Produção	Bens móveis	Dinheiro	Outros	Créditos
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
1	1,7%	0,3%	0,2%	0,6%	0,4%	0,2%	1,1%
2	2,4%	1,3%	0,8%	0,7%	0,0%	0,1%	0,1%
3	1,9%	2,2%	2,7%	2,5%	1,8%	0,9%	0,2%
4	3,6%	1,4%	2,6%	1,3%	7,6%	3,4%	0,8%
5	5,6%	2,5%	3,4%	1,5%	0,4%	0,9%	1,9%
6	7,4%	5,0%	5,8%	1,9%	2,3%	0,0%	1,2%
7	9,0%	6,5%	7,2%	2,3%	0,6%	5,5%	5,0%
8	9,2%	11,9%	12,0%	3,1%	10,1%	20,1%	4,7%
9	17,8%	24,4%	16,3%	6,0%	15,2%	6,1%	19,8%
10	41,4%	44,6%	49,0%	80,0%	61,6%	62,8%	65,3%
<i>Gini</i>	<i>0,520</i>	<i>0,627</i>	<i>0,619</i>	<i>0,758</i>	<i>0,679</i>	<i>0,708</i>	<i>0,751</i>

Fonte: inventários post-mortem AET/IPHAN – São João del rei.

Há algum tempo que os estudiosos sabem que a grande maioria dos proprietários de escravos tinham posses pequenas. A propriedade de escravos era mais dispersa em áreas de produção voltada para o consumo interno e mais concentrada em áreas de plantação como as regiões açucareiras e cafeicultoras. Não obstante, no Brasil, escravarias com mais de 50 cativos estavam longe de ser a regra nessas últimas áreas (SCHWARTZ, 1983). Em Minas Gerais, as informações disponíveis apontam predominância de pequenas posses desde as primeiras décadas da mineração. As fontes consultadas por Francisco Vidal Luna sobre a posse de escravos em 1718, por exemplo, mostram que os donos de 1 a 5 escravos eram algo em torno de metade dos proprietários - geralmente mais do que isso – mas não controlavam muito mais do que um quarto desses trabalhadores; por outro lado, senhores com mais de 40 escravos simplesmente não apareciam em vários dos distritos pesquisados, constituíam algo próximo a 2% dos proprietários e tinham em torno de 10 e 20% dos escravos (LUNA, 2009: 264). Dados como esses deixam patente que a mineração, em seus primeiros tempos, era uma atividade de empresas pequenas e

médias (em comparação com os engenhos de açúcar nordestinos da mesma época). O padrão de posse descrito por Tarcísio Botelho para localidades mineradoras na década de 1720 não é muito diferente. Seu estudo apresenta informações sobre o termo da vila de São José, onde havia 3.357 escravos e 494 proprietários. O maior grupo de proprietários era o de donos de 1 a 4 escravos, 56% do total, que controlavam 18,6% da mão-de-obra; eram seguidos pelos donos de 5 a 9 escravos, 23,9% dos proprietários, donos de 24% dos escravos; os donos de dez ou mais cativos eram um quinto dos proprietários e tinham 57,6% dos escravos (BOTELHO, 2001: 153). O Rol dos Confessados de 1795 mostrava um painel muito semelhante, sugerindo que ao longo do século XVIII o padrão de posse de escravos não sofreu alterações muito dramáticas – embora a falta de dados para o meio do século aconselha a tomar essa sugestão com muito cuidado. Mas é importante destacar que no começo e no fim do século XVIII o escravo era uma propriedade comum entre os proprietários de riqueza e espalhada em pequenas posses. Os índices Gini de concentração de posse entre os proprietários de escravos analisados por Luna variavam de 0,5 a 0,52, enquanto no Termo de São José Botelho visualizou Gini de 0,59. A tabela a seguir mostra os índices de concentração de escravos visualizados através dos censos da freguesia de São José.

Tabela 7. Coeficientes de Gini para a distribuição da posse de escravos nos domicílios da Freguesia de São José.

	1795	1831
Proprietários de escravos	0,568	0,555
Todos os domicílios	0,768	0,799

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Na freguesia de São José a retomada do tráfico após a década de 1810 reduz a concentração de escravos entre os proprietários, mas amplia a diferença entre fogos com essa propriedade e aqueles sem cativos. Ao colocar todos os domicílios no cálculo, o índice de Gini da posse de escravos sobe 35,2% em 1795 e 43,9% em 1831. Nesse caso, cabe observar que metade dos domicílios de São José em 1795 tinha escravos, enquanto em 1831 a proporção era de 40%, o que mostra que a contração do contingente de proprietários de escravos colaborou para o aumento da concentração de riqueza inventariada no segundo momento da nossa amostra. O fato para o qual desejamos chamar atenção é que a relativa dispersão da propriedade escrava reduzia os desníveis de riqueza *entre os proprietários*. Além disso, a escravidão limitava fortemente as possibilidades dos escravos adquirirem riqueza, o que implica que um cálculo da desigualdade de riqueza *per capita* mostraria índices de desigualdade ainda maiores.

A distribuição mais equitativa do patrimônio imobiliário na freguesia de São José reforça a argumentação de Frank de que o acesso a imóveis foi mais simples no interior mineiro do que na corte. Em São José, as casas perderam valor no começo do século XIX, com o esvaziamento da vila. Os registros da décima urbana em São José apontam aumento dos imóveis desocupados

e a diminuição do seu valor nas décadas de 1810 e 1820.¹⁴ Na vila de São João, Frank avaliou que 70% dos imóveis atingidos pelo imposto eram próprios. Já as propriedades rurais muitas vezes eram obtidas através da cessão de uma porção de terras de um proprietário maior, que assentava agregados nos limites da sua propriedade.¹⁵ As benfeitorias, roçados e moradias erigidos nessas terras eram suscetíveis à inventariação e transmissão por herança e, algumas vezes, a situação de produção *de fato* ultrapassava o direito de propriedade do grande fazendeiro. Esse é o caso da preta forra Joana Gomes que possuía um pequeno rancho em terras de outro proprietário. Através de seu inventário aberto em 1761, sabemos que Joana era uma angola que comprou sua liberdade a prestações (quartação) de sua senhora, era casada com um preto forro, e morava nos subúrbios da vila de S. José, onde possuía 10\$000 (dez mil réis) em terras de André Bento.¹⁶

A distribuição da riqueza alocada em rebanhos ou produção agrícola ficou mais concentrada no segundo período (1830-44), mostrando que eram os grandes proprietários que produziam com mais desembaraço para abastecer os mercados. Vale destacar também que a mínima proporção de riqueza em rebanhos e artigos agrícolas nos inventários dos dois primeiros decis sugere que os proprietários dessa faixa produziam para mercados locais, como para abastecer ranchos de tropas, ou mesclavam a agropecuária a alguma atividade artesanal.

A riqueza financeira representada por dinheiro e dívidas ativas era a campeã na concentração. 90% do dinheiro e 85% do crédito no primeiro período e dois terços desses componentes no segundo estavam nas mãos do decil superior de nossa amostra de inventários. Há, é verdade, desconcentração dessa forma de riqueza, mas ela abrange apenas os decis intermediários.

Considerações finais

O desenvolvimento de relações de mercado entre a Comarca do Rio das Mortes e o Rio de Janeiro no começo do século XIX produziu um crescimento contido da riqueza média inventariada na freguesia de São José do Rio das Mortes e um alargamento da concentração de riqueza. A capacidade de responder aos estímulos do mercado não eram equitativamente distribuídas e a maior capacidade dos proprietários ricos de usar trabalho cativo, beneficiar sua

¹⁴ As décimas urbanas era espécie de imposto predial cobrado nas vilas e cidades imperiais, criado em Portugal e transplantado para o Brasil em 1808 Segundo Maria Augusta do Amaral Campos (1999: p.143-144) “O imposto era cobrado em área determinada pela câmara, provada pelo Conselho da Província. Abrangia somente a zona urbana onde residiam as famílias mais abastadas, ficando os arrabaldes mais pobres livres deste imposto. Ao que tudo indica este imposto só era cobrado em imóveis residenciais. As casas comerciais ou vendas contribuíam para a administração das vilas com o pagamento das licenças para abertura das mesmas”.

¹⁵ Além de conseguir dependentes, essa era uma forma de assegurar os imprecisos limites da propriedade (MOTTA, 1998).

¹⁶ AHT/IPHAN – São João del Rei, inventário *post-mortem* de GOMES, Joanna, cx. C98, 1761.

produção e leva-la a mercados distantes os deixou em melhor situação de aproveitar o crescimento econômico.¹⁷

Mas de forma ubíqua, os proprietários em São José investiram em escravos na primeira metade do século XIX como estratégia econômica. Na ausência de transformações tecnológicas, sem grandes inovações no transporte e com a manutenção de uma fronteira aberta na província, a aquisição de mais força de trabalho foi a forma mais difundida de responder às oportunidades econômicas. Para os inventariados mais pobres, a escravidão era o cerne do patrimônio, nada menos que dois quintos da riqueza do quintil mais pobre em 1795-1809 e dois terços da riqueza do mesmo grupo em 1830-44. Esse aumento da importância relativa dos escravos, em parte pode estar relacionado com o encarecimento dos escravos na década de 1830. Mas essa mudança na alocação dos recursos também é significativa de um estágio de organização das relações no mercado interno. Na década de 1830, a região do Rio das Mortes já havia se consolidado como uma região abastecedora do mercado carioca. Esse processo, como sugerimos, ensejou o crescimento da freguesia de São José e de sua riqueza, ampliou oportunidades para os produtores sanjoseenses, mas premiou aqueles em melhor situação de produção, beneficiamento e comercialização. Nessa situação, os pequenos produtores buscavam a mão-de-obra escrava como uma forma de agregar força de trabalho ao domicílio e participar do mercado. Esses pequenos proprietários tinham até dois terços da sua riqueza em escravos antecipando um retorno sobre seus investimentos e, acreditamos, dificilmente empenhariam tanto de sua riqueza apostando apenas na subsistência.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla M. C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Niterói: ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, Carla M. C. de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007, (dissertação de mestrado).

¹⁷ Frank (2004: 39) explica da mesma forma o crescimento da concentração de riqueza averiguados na cidade do Rio de Janeiro e no interior mineiro. Segundo o autor: “Os mercados premiavam os empreendedores e penalizavam os fracos, os doentes e os sem qualificação. Os poucos que possuíam escravos se beneficiaram desproporcionalmente da expropriação da renda escrava [...]. Os credores mais ricos multiplicavam suas riquezas nas costas de milhares de pequenos empréstimos cedidos a trabalhadores vinculados ao mercado e às trocas. Em outras palavras, mercados estimulam a desigualdade, quando as estruturas sociais, as instituições e o capital humano não são igualitários e, sim, discriminatórios e mal desenvolvidos”.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.

BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c.1792. In: BOTELHO, Tarcísio R. e outros (org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.

BUESCU Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844)*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1998.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese de Doutorado, Niterói, ICH/UFF, 2007.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

FRAGOSO, João L. R.; FERREIRA, Roberto Guedes. “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833”. In: BOTELHO, Tarcísio R. e outros (org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.

FRANK, Zephyr L. *Dutra's world: wealth and family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

FRANK, Zephyr. Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. *História econômica & História de empresas*. Vol. IX, Nº 2, 2008, p.5-48.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais; São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. *Tempo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, Vol.08, nº15, pp.93-110, jul.2003.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/ Fapemig/ PPGH-UFMG, 2008. pp.457-480.

LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000.

Francisco Vidal Luna. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718. In LUNA, COSTA & KLEIN. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009.

MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOTTA, Márcia Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

OSÓRIO, Helen. *O Império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

TEIXEIRA Paula Chaves. *Negócios entre mineiros e cariocas: família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)*. Niterói: UFF, 2009 (Dissertação de Mestrado)

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. Vol. 13, Nº 1, jan-abr., 1983, pp.256-287.

WEIMAN, David F. Farmers and the market in Antebellum America: a view from the Georgia Upcountry. *The Journal of Economic History*. Vol. 47, Nº 3, set., 1987, pp.645-646.